

Realização



Parceria



Agradecemos a valorosa participação voluntária dos colaboradores para a realização desta publicação.



Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos
FORUM DE SANTOS - Rua Bittencourt, 144, salas 11/17/27
Vila Nova - Santos/SP, CEP: 11013-300
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

REALIZAÇÃO

NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE SANTOS
Juíza Coordenadora Renata Sanchez Guidugli Gusmão

TEXTOS

Renata Sanchez Guidugli Gusmão
Tatiana Riesco
Audrey Kleys
Joana Blaney
Petronella M. Boonen
Reginaldo Bombini

DESIGNER GRÁFICO

Tatiana Riesco

DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Riesco

ILUSTRAÇÃO

Tatiana Riesco

ASSESSORIA EM DESIGN GRÁFICO

Márcia Okida

Planejamento editorial

Sandra Guedes

REVISORA ORTOGRÁFICA

Cynthia Panca

Sumário

1.Vamos falar de justiça restaurativa <i>Tatiana Riesco</i>	1
2.Etapas do procedimento restaurativo <i>Petronella M. Boonen</i>	5
3.Benefícios dos círculos restaurativos <i>Joana Blaney</i>	7
4.O que acontece aqui na nossa cidade <i>Renata S. Guidugli Gusmão</i>	9
5. Justiça Restaurativa nas escolas <i>Audrey Kleys</i>	10
6.Projetos no Fórum de Santos <i>Renata S. Guidugli Gusmão</i>	10
7.Justiça restaurativa e a OAB <i>Tatiana Riesco</i>	12
8.Violência contra a mulher: justiça com escuta e reconstrução <i>Tatiana Riesco</i>	13
9.Diálogos masculinos restaurativos - DIAMAR <i>Reginaldo Bombini</i>	15
Conclusão <i>Tatiana Riesco</i>	16



Vamos falar sobre Justiça Restaurativa?

Você sabe o que é justiça restaurativa?

A Justiça Restaurativa é um caminho que convida as pessoas envolvidas em um conflito a construir juntas um diálogo e soluções para as necessidades geradas pelo dano. Mais do que uma resposta a um ato do passado, ela propõe a construção de um futuro com mais justiça, cuidado e paz.

Neste material, você vai conhecer essa prática que já acontece aqui no Judiciário de Santos desde 2019.

Qual o seu principal objetivo?

O procedimento restaurativo tem como foco acolher a vítima, o ofensor e a comunidade, promovendo a reparação dos danos causados pelo conflito. A proposta é a corresponsabilização das partes por meio de um plano de ação que compense os prejuízos e estimule compromissos mais harmônicos. Além disso, a Justiça Restaurativa valoriza a necessidade de sentimentos dos envolvidos, oferecendo uma nova forma de lidar com questões difíceis.

Como surgiu essa nova forma de fazer justiça?

A Justiça Restaurativa começou a ser desenvolvida nos anos 1970, em países como Canadá e Nova Zelândia. Ela nasceu do incômodo com um sistema que só puniu e não dava voz para as vítimas. Essa proposta se inspira nas formas tradicionais de resolução de conflitos de povos originários e comunidades indígenas, que sempre valorizaram o diálogo em círculo, o cuidado e a responsabilidade coletiva.

Por que trabalhamos em Círculos?

O círculo é um símbolo de igualdade: ninguém está acima do outro. Todos têm o mesmo espaço, a mesma vez de falar e de escutar. Estar em círculo nos ajuda a olhar nos olhos, sentir a presença das pessoas, criar confiança e construir decisões em conjunto. É um formato ancestral, usado há muito tempo por povos indígenas.

Um jeito mais humano de fazer justiça

A Justiça Restaurativa coloca as pessoas no centro do cuidado. O foco não está na punição, mas em entender o que aconteceu, quem foi afetado e como reparar esse dano.

Ela busca restaurar relações, reconstruir vínculos e promover a escuta verdadeira.

Justiça Punitiva e Justiça Restaurativa: qual a diferença?

Quando algo grave acontece, como um crime ou uma situação de violência, a forma como a sociedade responde pode seguir caminhos diferentes. Duas formas principais são a Justiça Punitiva e a Justiça Restaurativa. Mas o que isso quer dizer?

Por que isso importa?

A Justiça Restaurativa não substitui totalmente a Justiça Punitiva, mas é uma alternativa

que pode ajudar a resolver conflitos com mais empatia e menos violência. Ela é usada em escolas, comunidades e até no sistema de Justiça, e tem dado bons resultados em lugares como Brasil, Nova Zelândia e Canadá.

Princípios fundamentais da Justiça Restaurativa

Voluntariedade:

Ninguém é obrigado a participar. Todas as pessoas envolvidas escolhem estar ali.

Horizontalidade:

Todas as vozes têm o mesmo valor. Não há superiores ou inferiores: todos participam em igualdade.

Responsabilidade:

Cada pessoa é convidada a refletir sobre suas ações, reconhecer impactos e contribuir com a reparação.

Confidencialidade:

O que é compartilhado fica dentro do círculo. Isso garante um espaço seguro para falar com liberdade e respeito.

Aspecto	Justiça Punitiva	Justiça Restaurativa
O que importa?	O crime e a punição	O dano como repará-lo
Quem é o foco?	O infrator (acusado)	a vítima e as relações afetadas
Como funciona?	Julgamento, sentença, prisão ou multa	Diálogo, escuta, acordo de reparação
Papel da vítima	Quase não participava	Participa e é ouvida
Resultado esperado	Punição justa	Cura, reconciliação e prevenção
Efeitos sobre o infrator	Pode sair pior, reincidir	Aprende, assume responsabilidde
Envolvimento da comunidade	Quase nenhum	Comunidade apoia e é parte da solução
Onde acontece?	Tribunal, delegacia	Escolas, comunidades, espaços de escuta

Para refletir

O que é mais importante: punir ou reparar?

Como podemos ajudar vítimas e evitar que os conflitos se repitam?



Etapas do Procedimento Restaurativo: Pré-círculo, Círculo e Pós-círculo.

2

PRÉ-CÍRCULO

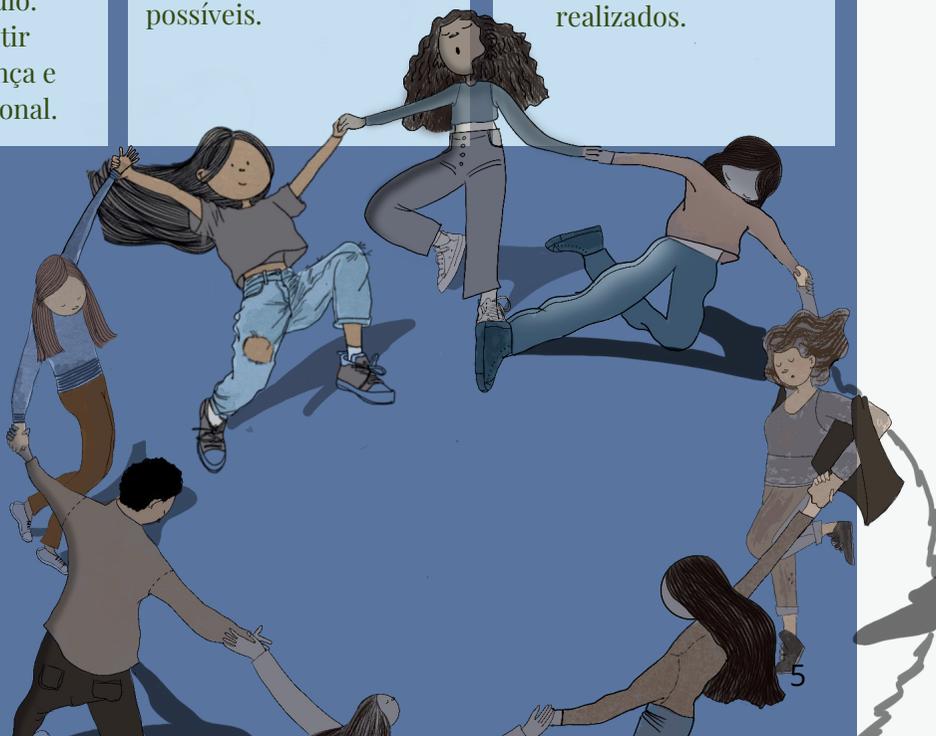
Propicia condições para que o círculo possa acontecer. Cada pessoa envolvida é convidada para um encontro individual. A equipe escuta, acolhe e verifica se há abertura para participar do círculo. O objetivo é garantir segurança, confiança e preparação emocional.

CÍRCULO

As pessoas se encontram em roda para conversar sobre o conflito. Falam sobre o que viveram como se sentiram e o que esperam dali pra frente. Juntas, constroem acordos e combinados possíveis.

PÓS-CÍRCULO

A equipe continua em contato com os participantes. Acompanha o cumprimento dos acordos e oferece apoio, se necessário. Em alguns casos, outros encontros são realizados.



Tipos de Círculos Restaurativos

Círculo de Diálogo

É um espaço de conversa onde diferentes opiniões e experiências são ouvidas com respeito. Não é necessário que todos pensem igual ou cheguem a um acordo. O objetivo é ampliar a compreensão sobre um tema e enxergar a situação por vários pontos de vista.

Círculo de Suporte

É formado por pessoas que acompanham alguém que está passando por uma dificuldade ou uma mudança importante na vida. Esses encontros ajudam a pensar juntos em caminhos possíveis e em um plano de ação para apoiar essa pessoa.

Círculo de Construção de Comunidade

Constroi e fortalece relações entre pessoas e/ou grupos de pessoas com interesses comuns ou proximidade territorial, consolidando o senso de pertencimento. Suporta ações coletivas efetivas e estimula a responsabilidade mútua.

Círculo de Reintegração

Reúne um indivíduo e um grupo ou comunidade da qual essa pessoa foi excluída e procura reintegrá-los através da partilha de histórias de vida, expressão de necessidades, aceitação de vulnerabilidade, possibilitando, assim, o senso de pertencimento e cuidado.

Círculo de Grupo Familiar

Reúne os membros de uma família nuclear e pessoas próximas para cuidar do bem-estar e das relações com atenção especial à pessoa vulnerável, desprovida de cuidados ou direitos.

Círculo de Transformação do Conflito

Reúne as pessoas em oposição, incluindo a que sofreu o dano e a que o causou, bem como suas Comunidades de afeto para etematizar suas diferenças, identificar suas necessidades e laborar um plano capaz de transformar a situação conflitiva e reparar os danos para refletir, acolher e cuidar.

Como funciona na prática?

A Justiça Restaurativa surgiu para aplicação em casos de natureza criminal, mas atualmente pode ser aplicada em diversas searas, como cível, família, escolar e diversas outras ambiências.

Quem conduz o círculo?

Facilitadores(as) conduzem com escuta ativa e empatia. Precisam de formação em técnicas restaurativas e autocuidado para manter o espaço seguro. Seu papel é guiar o diálogo, mas sem impor respostas.

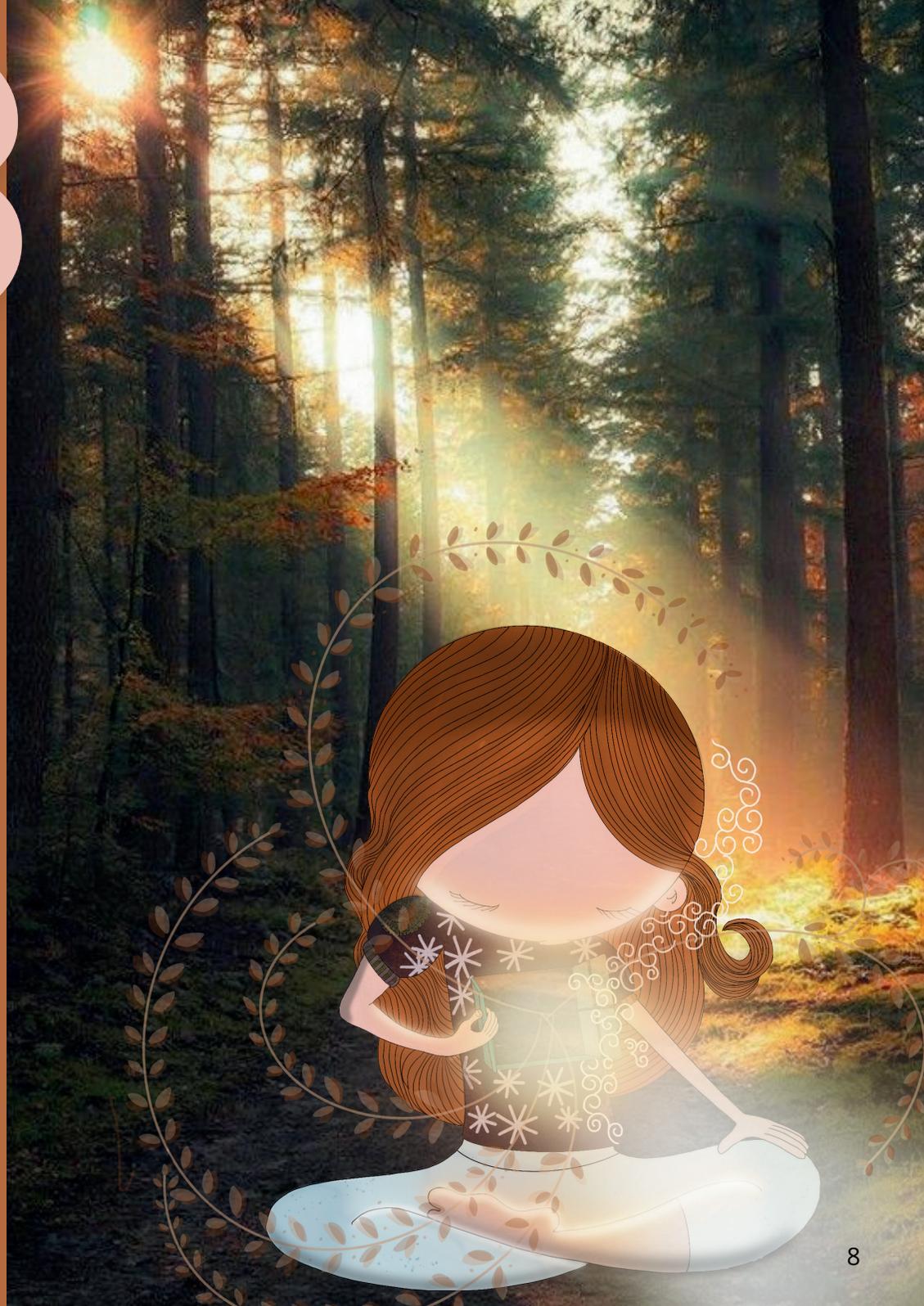
Perguntas no círculo

As perguntas são sempre abertas, estimulando reflexão profunda e ajudando os participantes a compreender e conectar experiência. Exemplos: Como você foi afetado(a) por este evento? O que você precisa para seguir em frente? Como podemos reparar este dano?

Benefícios dos círculos restaurativos

- Autonomia das vítimas: voz ativa para expressar necessidades, engajar-se e alcançar restauração.
- Responsabilização do ofensor: compreensão do impacto, diálogo e compromisso com a reparação.
- Responsabilidades coletivas: identificação de injustiças estruturais e apoio da rede.
- Redução da reincidência: menor repetição de conflitos pela reparação, reintegração e apoio comunitário.
- Fortalecimento comunitário: amplia o entendimento coletivo e promove cultura restaurativa.
- Aprendizagem socioemocional: participantes desenvolvem habilidades de escuta ativa, empatia e resolução pacífica.
- Aprendizagem socioemocional: desenvolvimento de escuta ativa, empatia e resolução pacífica.

3



O que acontece aqui na nossa cidade?

Um começo com escuta e cuidado

A justiça restaurativa em Santos começou a ganhar espaço na década de 2000. A cidade buscava novas formas de lidar com conflitos — formas mais humanas, que acolhessem, escutassem e reconstruíssem laços.

De onde veio essa ideia?

Ela chegou por meio de parcerias entre a Prefeitura, a Justiça e organizações da sociedade civil. Começou nas escolas, com círculos de conversa e mediação de conflitos. Com apoio do município, facilitadores passaram a realizar círculos de paz e rodas de escuta com alunos, professores e famílias.

A Lei Municipal nº 3.372/2017, de autoria da então vereadora **Audrey Kleys**, garantiu a continuidade das práticas restaurativas no ambiente escolar.

Justiça Restaurativa nas escolas

No início as incertezas e os questionamentos chegaram por parte de todos: equipes gestoras, professores, profissionais da educação e comunidades escolares! A Justiça Restaurativa foi apresentada como uma fonte de resolução de conflitos!

A partir dos círculos de conversa nas escolas e das formações no Núcleo da Justiça Restaurativa na Seduc, a cultura de paz foi entendida e muito bem recebida! Todos compreenderam o propósito, resgatamos o diálogo e estamos cuidando das relações! Isso é viver em sociedade!

O Judiciário também abraçou

O primeiro espaço do Judiciário a acolher a prática foi a Vara da Infância e Juventude, com incentivo do juiz Dr. Evandro Renato Pereira. Ali, a Justiça Restaurativa começou a fazer parte dos atendimentos, ajudando crianças, adolescentes e suas famílias a resolverem conflitos com mais diálogo e menos punição.

Projetos no Fórum de Santos

O Núcleo de Justiça Restaurativa possui diversos projetos em andamento. As ações tiveram início em 2018 junto ao Juizado Especial Criminal de Santos, atuando com práticas circulares em audiências de transação penal, realizadas, já de forma diferenciada por meio de palestras aos usuários de entorpecentes em conflito a Lei. Em 2019, surgiu efetivamente o Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos, que está localizado atualmente, no prédio do Fórum Cível da comarca de Santos.

Projetos que acolhem e cuidam

Enfrentamento à Violência Doméstica (De Cor Ação)

Foi o primeiro projeto do Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos. Criado para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar, oferece um espaço seguro de escuta, fortalecimento e cuidado. As participantes chegam por encaminhamento da Vara Especializada de Violência Doméstica e da Delegacia da Mulher. Através de encontros individuais e círculos restaurativos, elas podem falar sobre sua história, ressignificar a dor e recuperar o protagonismo da própria vida.

Diálogos Masculinos Restaurativos - DIAMAR

Logo em seguida, foi idealizado o projeto DIAMAR, grupo restaurativo que acolhe homens responsabilizados pela Lei Maria da Penha.

O espaço é voltado para reflexão sobre comportamentos, relações e formas de construir masculinidades mais cuidadoras e respeitadas.

No grupo, os participantes compartilham vivências, escutam uns aos outros e são convidados a pensar em mudanças possíveis e concretas para suas vidas e relações.

Os encaminhamentos vêm do Judiciário, da rede de serviços, ou ocorrem de forma voluntária. Mais do que punir, o DIAMAR busca promover responsabilização com empatia, escuta e transformação. Saúde Mental. Por meio de práticas restaurativas, o projeto busca criar espaços de acolhimento, diálogo e fortalecimento de vínculos, ajudando as pessoas atendidas a refletirem sobre suas vivências e construir novos caminhos.

Projeto dos Usuários de entorpecentes (Equilíbrio)

O Projeto Equilíbrio foi idealizado para atuar preventivamente com usuários de entorpecentes, junto ao CAPS AD, em parceria com a Secretaria de Saúde, na divisão da O foco está em prevenir a reincidência em atos infracionais, promovendo um espaço de escuta, expressão e transformação.

Projeto com pessoas em situação de rua (Multiverso)

Atuação com pessoas em situação de rua, em parceria com o grupo DIVERSO. O projeto oferece rodas de cuidado, escuta e reconstrução de caminhos.

Projeto Ambiental

O Projeto Ambiental foi criado para lidar com crimes e conflitos relacionados ao meio ambiente, por meio das práticas restaurativas em parceria com a OSC Concidadania. Os casos chegam ao Núcleo de Justiça Restaurativa pelo JECRIM de Santos.

Projeto Escolar (Motirô)

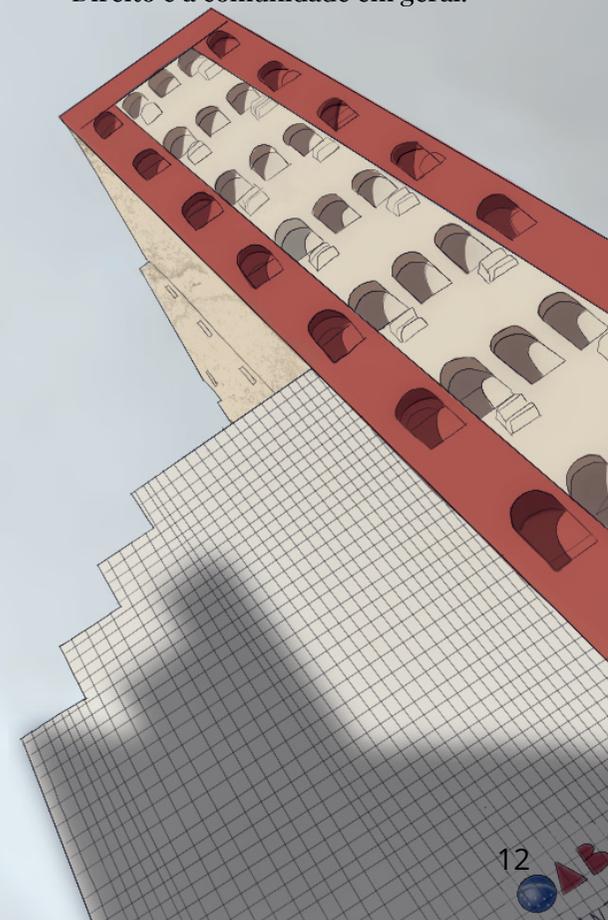
Leva as práticas restaurativas para a educação. Atua nas escolas e com a Vara da Infância e Juventude.

Projeto com os Adolescentes (Bem na Foto)

O projeto realiza oficinas restaurativas com adolescentes indicados pela Vara da Infância e juventude de Santos.

Justiça Restaurativa e a OAB

Desde 2020, a OAB Santos tem uma Comissão Especial de Justiça Restaurativa que atua em parceria com o Núcleo de Justiça Restaurativa do Fórum de Santos. Esse espaço foi criado para divulgar as práticas restaurativas entre advogados, estudantes de Direito e a comunidade em geral.



Um novo jeito de advogar

A Comissão acredita que é possível atuar com mais escuta, empatia e diálogo, mesmo nos ambientes jurídicos.

Ela promove a cultura de paz e incentiva soluções que evitem litígios, aproximando o Direito das pessoas e da realidade.

O que a Comissão faz?

Realiza reuniões mensais, grupos de estudo e palestras sobre Justiça Restaurativa e Comunicação Não violenta. Desenvolve projetos em parceria com o Judiciário e outras instituições. Leva a OAB para novos espaços, com o objetivo de fortalecer a conexão com a comunidade.

Por que participar?

Se você acredita que é possível fazer justiça de um jeito mais humano e transformador, a Comissão de Justiça Restaurativa pode ser um espaço de troca, aprendizado e ação. É um convite para advogadas, advogados e estudantes que desejam contribuir para um

mundo com menos confronto e mais diálogo.

Violência contra a mulher: justiça com escuta e reconstrução

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um tema urgente no Brasil e no mundo. A Justiça Restaurativa vem sendo aplicada nesses casos como uma forma de cuidar, ouvir e fortalecer quem foi ferida, sem substituir o sistema de Justiça tradicional, mas complementando com acolhimento e presença. Em Santos, o projeto De Cor Ação atende, desde 2020, mulheres em situação de violência. Já o DIAMAR,

8



desde 2021, promove acolhimento e reflexões com homens responsabilizados pela Lei Maria da Penha.

Como as mulheres chegam até o projeto?

Os casos atendidos pelo Projeto De Cor Ação vêm principalmente de dois lugares:

- Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santos;
- Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Santos.

Esses encaminhamentos são feitos com base no artigo 23, inciso I da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que permite que mulheres em situação de violência sejam direcionadas a programas de apoio. Além disso, o projeto também recebe casos de forma espontânea, ou seja, qualquer pessoa pode solicitar para participar. Outra possibilidade é pedir ao juiz, por

meio de um advogado ou advogada, que encaminhe a mulher ao programa.

O primeiro contato: um encontro individual

Quando o caso chega até o projeto, a mulher é convidada por uma facilitadora para um encontro individual. Nesse momento, ela é acolhida com escuta atenta, sem julgamentos e recebe informações claras sobre:

- O funcionamento do programa;
- O que são as práticas restaurativas;
- Os seus direitos e possibilidades de apoio;
- Os círculos temáticos mensais, que abordam temas diversos voltados ao fortalecimento pessoal como direitos, saúde, autoconhecimento, serviços municipais, educação financeira, entre outros. Esses encontros também favorecem a construção de vínculos comunitários, o apoio mútuo e a sensação de pertencimento.

O que é oferecido?

Durante sua participação, a mulher tem acesso a:

- Escuta ativa e consciente, com apoio psicológico e jurídico;
- Inserção em grupo de WhatsApp, onde mantém contato permanente com a equipe, recebe informações sobre as datas, horários e locais dos círculos, seus temas e outras atividades do projeto.

Como os homens chegam até o projeto?

O grupo recebe encaminhamentos do Judiciário e da rede de serviços, com base nos seguintes artigos da Lei 11.340/2006:

- Art. 22: como medida protetiva de urgência;
- Art. 35: que orienta o Estado a oferecer grupos de reflexão para prevenir a violência de gênero;
- Art. 45: que permite a suspensão da pena mediante a participação no grupo reflexivo.

Além disso, o DIAMAR também acolhe homens que procuram o grupo de forma voluntária, com ou sem medida judicial.

O que acontece no grupo?

O DIAMAR, como uma prática restaurativa voltada para homens, foca na promoção de uma política de cuidado, criando um espaço: acolhedor, cuidadoso, empático, cooperativo e responsabilizante.

Esse espaço favorece:

- a contação de histórias;
- trocas de experiências;
- aprendizados mútuos;
- desenvolvimento de repertório emocional e dialógico não violento;

Tudo isso promove:

- mudanças;
- resignificação de padrões;
- transformação de pensamentos e comportamentos tóxicos, emocional e dialógico não violento;

Seu objetivo é:

O objetivo é construir masculinidades plurais, cuidadoras e saudáveis.

Conclusão

A Justiça Restaurativa é, antes de tudo, um convite: a olharmos uns para os outros com mais humanidade, coragem e escuta.

Ao longo desta cartilha, você conheceu caminhos possíveis para transformar conflitos em oportunidades de cuidado, reconstrução e pertencimento.

Que este material inspire novas práticas, desperte sensibilidades e fortaleça a cultura do diálogo em todos os espaços. Porque quando escolhemos cuidar em vez de apenas punir, plantamos as sementes de uma sociedade mais justa, consciente e restauradora.



DIAMAR - Diálogos Masculinos Restaurativos

O DIAMAR – Diálogos Masculinos Restaurativos é um grupo que acolhe homens responsabilizados pela Lei Maria da Penha.